

SUMÁRIO

Capítulo 1

PRIMEIRAS LINHAS	25
1.1 Introdução.....	25
1.2 Execução imediata e Execução específica.....	27
1.3 Execução por título judicial e título extrajudicial.....	28

Capítulo 2

SENTENÇA E COISA JULGADA	29
2.1 Disposições Gerais	29
2.2 Decisão sem resolução do mérito (sentença terminativa).....	30
2.3 Prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado.....	31
2.4 Abandono da causa.....	31
2.5 Decisão com resolução do mérito.....	31
2.6 Requisitos essenciais da sentença judicial.....	32
2.7 Hipóteses de decisão sem fundamentação.....	35
2.8 Classificação das Sentenças.....	35
2.9 Colisão de normas	36
2.10 Boa-fé	36
2.11 Extensão da obrigação de pagar quantia.....	37
2.12 Sentença “extra petita” e “ultra petita”	37
2.13 Fato constitutivo, modificativo ou extintivo.....	37
2.14 Retratação	38
2.15 Hipoteca Judiciária	38
2.16 Remessa Necessária (duplo grau de jurisdição)	38

2.17 Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa	40
2.17.1 Ação de obrigação de fazer e obrigação de não fazer	40
2.17.2 Ação de entrega da coisa	42
2.17.3 Perdas e Danos	43
2.17.4 Ação de emissão de declaração de vontade.....	44
2.18 Coisa Julgada.....	44
2.18.1 Considerações Iniciais	44
2.18.2 Coisa julgada material	44
2.18.3 Coisa soberanamente julgada	45
2.18.4 Não faz coisa julgada.....	45
2.19 Liquidação de Sentença	45
2.19.1 Condenação ao pagamento de quantia ilíquida	45
2.19.2 Liquidação da sentença.....	46
2.19.3 Espécies de Liquidação	47

Capítulo 3

PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO.....	49
3.1 Introdução.....	49
3.2 Princípio do Título Executivo.....	49
3.3 Princípio da Tipicidade e Atipicidade das formas de execução	49
3.4 Princípio do “interesse do credor”	50
3.5 Princípio da responsabilidade patrimonial / pessoal.....	51
3.6 Princípio da menor onerosidade para o executado	51
3.7 Princípio da utilidade da execução	51
3.8 Princípio do Exato Adimplemento	52
3.9 Princípio da dignidade da pessoa humana na proteção do executado	52
3.10 Princípio do Contraditório	53

3.11 Princípio da livre disponibilidade do processo de execução pelo credor.....	54
3.12 Princípio do Desfecho Único.....	54

Capítulo 4

INTRODUÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS 57

4.1 Introdução.....	57
4.2 Intimação do devedor para cumprimento da sentença.....	58
4.3 Relação jurídica sujeita a condição ou termo	59
4.4 Títulos Executivos Judiciais	62
4.5 Autocomposição Judicial.....	66
4.6 Protesto	67

Capítulo 5

CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA..... 73

5.1 Cumprimento Provisório da Sentença	73
5.2 Impugnação	74
5.3 Multa e Honorários	75
5.4 Depósito do valor.....	75
5.5 Dispensa de Caução.....	77
5.6 Requerimento do pedido de cumprimento provisório da sentença	78

Capítulo 6

CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA..... 79

6.1 Cumprimento Definitivo de Sentença	79
6.2 Requerimento de Cumprimento Definitivo de Sentença	82
6.3 Cálculos e Demonstrativo.....	83

6.4 Impugnação	83
6.5 Excesso de Execução.....	86
6.6 Concessão de Efeito Suspensivo	86
6.7 Fato Superveniente	87
6.8 Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	87
6.9 Ação rescisória	88
6.10 Pagamento do Valor (depósito), impugnação e insuficiência do depósito.....	88

Capítulo 7

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS 89

7.1 Conceito - Alimentos.....	89
7.2 Fundamentos.....	89
7.3 Finalidade dos Alimentos	91
7.4 Trinômio: Possibilidade, Necessidade e proporcionalidade.....	91
7.5 Classificação.....	93
7.6 Características dos Alimentos.....	97
7.6.1 Direito Personalíssimo.....	98
7.6.2 Reciprocidade.....	99
7.6.3 Proximidade.....	100
7.6.4 Irrenunciabilidade.....	101
7.6.5 Transmissibilidade da obrigação	105
7.6.5.1 <i>Limites à transmissibilidade dos alimentos</i>	106
7.6.6 Imprescritibilidade.....	110
7.6.7 Irreptibilidade	110
7.6.8 Incredibilidade	113
7.6.9 Impenhorabilidade.....	113
7.6.10 Incompensabilidade.....	114

7.6.11 Não Solidariedade (artigo 265, CC) da obrigação alimentar	115
7.6.12 Caráter Excepcional.....	117
7.6.13 Transmissibilidade da obrigação alimentar	119
7.6.14 Dívida portable	120
7.7 Classificação dos Alimentos.....	121
7.8 Alternatividade da prestação alimentar	123
7.9 Alimentos na União Estável entre Pessoas do mesmo Sexo	124
7.10 Alimentos no vínculo Socioafetivo	127
7.11 Obrigação alimentar avoenga	128
7.12 Alimentos aos Sobrinhos	129
7.13 Alimentos Gravídicos	130
7.14 Alimentos entre genro/nora e sogro/sogra.....	132
7.15 Alimentos de Idosos	133
7.16 Alimentos Compensatórios ou Compensação Econômica	135
7.17 Alimentos Transitórios ou Resolúveis.....	137
7.18 Alimentos <i>intuitu familiae</i> ou globais.....	137
7.19 Reembolso de Despesas de Caráter Alimentar	138
7.20 Guarda Compartilhada.....	140
7.21 Alimentos entre parentes	140
7.22 Alimentos entre cônjuges ou companheiros	143
7.23 Alimentos entre ex-cônjuges	144
7.23.1 Desoneração dos alimentos	144
7.23.2 Atualização monetária dos alimentos	146
7.24 Novo relacionamento familiar do credor de alimento (alimentando).....	147
7.25 Novo relacionamento familiar do devedor de alimentos (alimentante).....	148

7.26 Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos	150
7.27 Prisão Civil	151
7.28 Prisão Civil e Pandemia do Coronavírus	153
7.29 Impossibilidade de Prisão Civil do Inventariante pelo Inadimplemento de Pensão Alimentícia	154
7.30 Alimentos decorrentes de ato ilícito. Natureza indenizatória. Prisão civil	155
7.31 Executado funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho.....	157
7.32 Alimentos Definitivos ou provisórios.....	158
7.33 Conduta procrastinatória.....	158
7.34 Constituição de capital para assegurar o pagamento	158
7.35 Modificação das condições econômicas	159
7.36 Alimentos e salário-mínimo	160
7.37 Finda a obrigação alimentar	160

Capítulo 8

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

.....	163
8.1 Cumprimento de Sentença – Fazenda Pública.....	163
8.2 Impugnação da Fazenda Pública	164
8.3 Excesso de Execução.....	165
8.4 Consequências da não impugnação ou rejeição das arguições	166
8.5 Impugnação parcial.....	167
8.6 Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	167

Capítulo 9

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA... 169

9.1 Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer.....	169
9.1.1 Introdução.....	169
9.1.2 Litigância de Má-fé	171
9.1.3 Multa (Astreintes).....	171
9.1.3.1 <i>Natureza Jurídica das Astreintes</i>	171
9.1.3.2 <i>Modificação das Astreintes</i>	174
9.1.3.3 <i>Possibilidade de Execução Provisória das Astreintes antes da Confirmação por Sentença de Mérito</i>	174
9.2 Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa	176
9.2.1 Mandado de busca e apreensão	176
9.2.2 Benfeitorias	176
9.2.3 Direito de retenção	176
9.2.4 Aplicação Subsidiária.....	177

Capítulo 10

DAS PARTES NA EXECUÇÃO 179

10.1 Introdução.....	179
10.2 Legitimidade Ativa.....	180
10.3 Legitimidade Passiva.....	182
10.4 Pluralidade de Títulos.....	183

Capítulo 11

COMPETÊNCIA..... 185

11.1 Competência fundada em títulos judiciais e títulos extrajudiciais	185
------------------------------------------------------------------------------	-----

11.2 Quadro comparativo	186
11.3 Da Opção do Autor quanto ao Foro de Processamento do Cumprimento de Sentença (art. 516, parágrafo único, do CPC/2015)	190
11.4 Competência na Execução Fiscal	193
Capítulo 12	
REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO.....	199
12.1 Introdução.....	199
12.2 Títulos Executivos Extrajudiciais	200
12.3 Exigibilidade da Obrigação	203
Capítulo 13	
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	205
13.1 Introdução.....	205
13.2 Obrigação e responsabilidade.....	205
13.3 Responsabilidade patrimonial de terceiros	208
13.4 Execução e Direito de Superfície	210
13.4.1 Noções de Direito de Superfície.....	210
13.4.2 Execução	213
13.5 Enfitese, concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso.....	213
13.6 Fraude à Execução.....	213
13.6.1 Elementos constitutivos.....	213
13.6.2 Diferenças entre fraude contra credores e fraude à execução	217
13.6.3 Ineficácia em relação ao exequente	218
13.6.4 Aquisição de bem não sujeito a registro.....	222
13.6.5 Desconsideração da personalidade jurídica.....	222
13.6.6 Embargos de Terceiro.....	224

13.7 Direito de Retenção	224
13.8 Execução do Fiador	224
13.8.1 Fiança - Introdução.....	224
13.8.2 Benefício de Ordem.....	227
13.8.3 Execução do fiador.....	227
13.9 Bens particulares dos sócios	227
13.10 Dívidas do falecido	228

Capítulo 14

DISPOSIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO

229

14.1 Introdução.....	229
14.2 Petição Inicial	229
14.3 Petição Inicial e Obrigações Alternativas.....	231
14.4 Indeferimento da Petição Inicial.....	234
14.5 Execução e citação.....	234
14.6 Nulidade da Execução	235
14.7 Alienação de bem gravado.....	235
14.8 Modo menos gravoso para o executado.....	236

Capítulo 15

EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA CERTA.....

237

15.1 Introdução.....	237
15.2 Obrigação de dar coisa certa.....	238
15.3 Obrigação de dar coisa certa constante de título executivo extrajudicial	239
15.4 Executado entrega a coisa certa.....	239
15.5 Alienação da coisa litigiosa	239
15.6 Perdas e Danos.....	239
15.7 Arbitramento Judicial	240

15.8 Benfeitorias.....	240
------------------------	-----

Capítulo 16

EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA INCERTA 243

16.1 Introdução.....	243
16.2 Escolha e Concentração.....	243
16.3 Execução e Coisa Incerta.....	244
16.4 Impugnação da Escolha.....	244
16.5 Regras subsidiárias.....	244

Capítulo 17

EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER..... 245

17.1 Introdução.....	245
17.2 Distinção entre Obrigação de Dar e Obrigação de Fazer.....	245
17.3 Classificação das Obrigações de Fazer.....	245
17.4 Consequências do Inadimplemento das Obrigações de Fazer ...	246
17.5 Obrigações infungíveis.....	246
17.6 Execução de obrigação de fazer ou não fazer fundada em título extrajudicial.....	247
17.7 Execução da obrigação de fazer.....	248
17.8 Perdas e danos.....	248
17.9 Obrigação realizada por terceiro.....	248
17.10 Obrigação realizada pelo Exequente.....	249
17.11 Prazo para o Executado realizar a obrigação de fazer.....	249
17.12 Recusa ou mora do executado.....	249
17.13 Obrigação de “desfazer”.....	249

Capítulo 18

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA..... 251

18.1 Introdução.....	251
----------------------	-----

18.2 Expropriação.....	251
18.3 Remição da execução	251
18.4 Citação do devedor	252
18.5 Pagamento integral e honorários advocatícios.....	253
18.6 Certidão e Averbação	253
18.7 Arresto Executivo	254

Capítulo 19

PENHORA	257
19.1 Introdução.....	257
19.2 Bens do devedor não sujeitos à penhora (bens impenhoráveis)	261
19.3 Impenhorabilidade e bem de família	265
19.4 Impenhorabilidade relativa	270
19.5 Bens de Terceiros sujeitos à penhora.....	270
19.6 Ordem de bens a serem penhorados (ordem de preferência).....	270
19.7 Penhora mediante auto ou termo	273
19.8 Penhora e Depósito.....	274
19.8.1 Local de depósito dos bens.....	274
19.8.2 Depósito em poder do executado.....	274
19.8.3 Joias, pedras e objetos preciosos	275
19.9 Intimação do cônjuge não devedor.....	275
19.10 Alienação do bem indivisível	275
19.11 Averbação do arresto ou da penhora	278
19.12 Local de realização da penhora.....	279
19.13 Penhora de imóveis e veículos automotores.....	279
19.14 Resistência de realização da penhora. Ordem de arrombamento	279

19.15 Substituição da Penhora.....	280
19.16 Redução, ampliação e transferência da penhora.....	283
19.17 Segunda penhora.....	283
19.18 Alienação antecipada dos bens penhorados.....	283
19.19 Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira. 283	
19.19.1 Penhora on line - Conceito e dispositivos legais	283
19.19.2 Sistema de penhora on-line amplia efetividade em bloqueio de bens de grandes devedores.....	286
19.20 Penhora de créditos e de outros direitos	287
19.21 Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas	288
19.22 Penhora de Empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	290
19.23 Penhora de navio ou de aeronave	291
19.24 Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	292
19.25 Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel....	292
19.26 Avaliação dos bens penhorados.....	293
19.26.1 Conceito e dispositivos legais	293
19.26.2 Dispensa de avaliação.....	293
19.26.3 Laudo de avaliação.....	294
19.26.4 Avaliação e contraditório	294
19.26.5 Nova Avaliação	294

Capítulo 20

EXPROPRIAÇÃO DE BENS.....	297
20.1 Expropriação.....	297
20.2 Adjudicação	297
20.2.1 Conceito.....	297
20.2.2 Diferença entre a adjudicação e arrematação	298

20.3 Intimação do Executado	299
20.4 Alienação	303
20.4.1 Modalidades e procedimentos	303
20.4.2 Leilão.....	304
20.4.3 Leiloeiro Público	305
20.4.4 Remuneração do leiloeiro	305
20.4.5 Conteúdo dos editais.....	305
20.4.6 Ciência da alienação judicial	307
20.4.7 Executado revel	308
20.4.8 Legitimação para arrematar	308
20.4.9 Preço vil.....	308
20.4.10 Pagamento	309
20.4.11 Preferência.....	310
20.4.12 Divisão.....	310
20.4.13 Proposta de aquisição do bem em prestações.....	311
20.4.14 Imóvel de incapaz.....	312
20.4.15 Não pagamento do preço	312
20.4.16 Pagamento do preço pelo fiador do arrematante	312
20.4.17 Suspensão a arrematação	312
20.4.18 Adiamento da hasta pública.....	313
20.4.19 Auto de Arrematação.....	313
20.4.20 Leilão de bem hipotecado.....	314
20.4.21 Conclusão da arrematação e consequências do acolhimento da impugnação.....	314
20.4.22 Ação anulatória da arrematação	316
20.4.23 Desistência da arrematação	316
20.4.24 Efeitos da Alienação.....	317
20.5 Satisfação do crédito.....	318

20.6 Concurso de Credores.....	318
Capítulo 21	
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....	321
21.1 Execução fundada em título extrajudicial.....	321
Capítulo 22	
EXECUÇÃO DE ALIMENTOS FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL	
.....	323
Capítulo 23	
EMBARGOS À EXECUÇÃO	325
23.1 Petição inicial e competência.....	325
23.2 Direito ao Parcelamento	328
23.3 Fundamento dos Embargos à execução.....	329
23.4 Excesso de Execução.....	329
23.5 Imissão na posse	330
23.6 Impedimento ou suspensão do Magistrado.....	330
23.7 Rejeição liminar dos embargos.....	331
23.8 Efeito Suspensivo	331
23.9 Demais procedimentos	333
Capítulo 24	
EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	335
24.1 Considerações Preliminares.....	335
Capítulo 25	
SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	339
25.1 Suspensão do Processo de Execução	339
25.2 Suspensão da execução em razão de acordo entre as partes para o cumprimento voluntário da obrigação	341

25.3 Extinção do Processo de Execução.....	342
--------------------------------------------	-----

Capítulo 26

DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	343
---------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

26.1 Considerações Iniciais	343
-----------------------------------	-----

ANEXOS	345
---------------------	------------

REFERÊNCIAS	371
--------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	379
-----------------------------------------	------------